



CONJUNTURA REPUBLICANA

ATUALIZE-SE EM POUCOS MINUTOS!



ANO 4 | Nº 189 | SEMANA DE 22 A 26 DE SETEMBRO DE 2024

PRESIDENTE LULA RECONHECE FRACASSO AMBIENTAL EM SEU DISCURSO NA ONU



STF EM PAUTA

Rede social "X" começa a acatar decisões judiciais para a possibilidade de retorno das atividades no Brasil;



MEIO AMBIENTE

Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) recomenda retomada do horário de verão para reduzir uso de termelétricas;



VISÃO DO ESPECIALISTA

Nesta semana, o prof. Fábio Vidal, coordenador do NEP/CAM, fala sobre a extinção dos manicômios judiciais e o holocausto brasileiro.

DESTAQUE INTERNACIONAL

Na última terça-feira (24), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) discursou junto dos demais representantes dos países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) no encontro anual da Assembleia Geral da ONU.

O discurso de Lula está inserido em um contexto global de crises humanitárias decorrentes de conflitos armados e diversas catástrofes climáticas. O Brasil, particularmente, foi assolado por secas, enchentes e queimadas que ultrapassaram patamares históricos. Nesse sentido, o presidente reiterou a necessidade urgente de discutir a atuação da comunidade internacional sobre a proteção do meio ambiente e criticou as medidas insuficientes dos fóruns internacionais no enfrentamento da crise climática. Contudo, o contexto brasileiro não permitiu que o chefe do Executivo despontasse como uma referência de liderança nesse segmento.

A realidade devastadora que o Brasil vem enfrentando neste ano expôs a fragilidade das ações de proteção ao meio ambiente e prevenção a desastres naturais coordenadas pelo governo.

Assim, o mérito das falas do presidente esteve, principalmente, na sua capacidade de equilibrar a autocrítica sobre sua atuação com a cobrança de medidas mais assertivas da comunidade internacional.

Outro destaque das falas brasileiras no evento foi a reivindicação por uma maior representatividade no Conselho de Segurança da ONU. Embora reconheça a importância dessa demanda, o presidente também deixou claro em seu discurso que entende a complexidade envolvida nesse processo.

A solicitação de um assento no Conselho esbarra nas divergências entre diversos players globais que disputam esse espaço, sendo Alemanha, Índia, Japão, Brasil, Argentina, México, África do Sul e Argélia os principais candidatos a integrar o Conselho de Segurança.

Mesmo com muitos possíveis candidatos e com a alarmante falta de representatividade da ONU, o sonho brasileiro de assumir uma cadeira permanente no Conselho de Segurança continua distante e a representatividade permanece ofuscada em detrimento dos interesses das nações que monopolizam o poder de veto.

Sendo assim, o discurso do Brasil foi assertivo ao criticar as debilidades do sistema internacional, reconhecendo os fracassos do governo brasileiro e as dificuldades de reformar organizações como a ONU.



STF EM PAUTA

No último sábado (21), o ministro Alexandre de Moraes estabeleceu um novo prazo para que órgãos públicos e o escritório que afirma representar o "X" (Twitter) no Brasil enviem documentos que comprovem a situação legal da empresa e se as exigências estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) foram devidamente atendidas.

O cenário atual mostra que as instituições brasileiras estão prevalecendo, uma vez que a empresa tem buscado atender às determinações da justiça. Vale ressaltar que a preservação dessas instituições depende do cumprimento de suas decisões judiciais, que asseguram

o respeito às normas constitucionais e garantem que todos, tanto cidadãos quanto entidades, ajam dentro da legalidade, respeitando a soberania do país.

Nesse contexto, o debate sobre a prevenção de futuros conflitos entre as instituições do país e as empresas privadas que controlam as redes sociais torna-se cada vez mais urgente. Sendo assim, a criação de uma legislação específica que defina a postura esperada dessas plataformas ajudará a reduzir incertezas sobre a preservação das liberdades individuais, além de fortalecer a credibilidade do Judiciário em suas ações.



Foto: CNJ/Divulgação

MEIO AMBIENTE

Na quinta-feira, 19 de setembro, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) publicou uma nota de recomendação da volta do horário de verão. Segundo o comitê, o objetivo é deslocar o pico de consumo de energia para um horário com maior geração solar, o que reduziria a utilização das usinas termelétricas no país.

A retomada do horário de verão foi uma das sugestões do plano de contingência apresentado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e, para que seja implementado, será necessário revogar o decreto de 2019 do ex-presidente Bolsonaro,

que derrubou essa prática anual. As especulações sobre a volta dessa política estão diretamente associadas às limitações das energias renováveis. O uso de termelétricas é considerado prejudicial ao meio ambiente, no entanto, faz-se necessário em períodos em que a geração de energia solar é interrompida.

Mesmo assim, a volta do horário de verão ainda depende da aprovação do governo, que pode optar por não seguir a recomendação. Isso já ocorreu em 2021, durante a crise hídrica, quando o governo anterior não retomou a medida, apesar da situação.



Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil



SUBSEÇÕES DA FRB

A **Fundação Republicana Brasileira (FRB)**, com sede em Brasília, atende presencialmente e on-line todos os estados do país.

Para ampliar suas atividades, a instituição está colocando em prática seu plano de expansão e já abriu duas **Subseções**: uma em **São Paulo**, inaugurada em 2014, e outra no **Pará**, aberta em 2023.

As **filiais** oferecem atendimento em seus respectivos estados e municípios da mesma forma que a sede da Fundação atende em nível nacional.

Se você é de um desses estados e deseja solicitar os serviços das **Subseções**, entre em contato:



SÃO PAULO:

secretariafrbsp@fundacaorepublicana.org.br
(11) 5594-0184





PARÁ:

secretariafrbpa@fundacaorepublicana.org.br
(91) 3199-2136

FOTOS: CANVA

CALENDÁRIO ELEITORAL





1º DE OUTUBRO - TERÇA-FEIRA
(5 DIAS ANTES DO 1º TURNO)

Data a partir da qual e até 8 de outubro nenhuma eleitora ou eleitor poderá ser presa(o) ou detida(o), salvo em flagrante delito ou em virtude de sentença criminal condenatória por crime inafiançável, ou por desrespeito a salvo-conduto (Código Eleitoral, art. 236, caput).

3 DE OUTUBRO - QUINTA-FEIRA
(3 DIAS ANTES DO 1º TURNO)

Último dia para a realização de comícios e utilização de aparelhagem de sonorização fixa, entre as 8h (oito horas) e as 24h (vinte e quatro horas), com exceção do comício de encerramento da campanha, que poderá ser prorrogado por mais 2 (duas) horas (Código Eleitoral, art. 240, parágrafo único; Lei nº 9.504/1997, art. 39, § 4º; e Res.-TSE nº 23.610/2019, arts. 5º e 15, § 1º).

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

**VISÃO DO
ESPECIALISTA****FÁBIO VIDAL**

Fábio Vidal é graduado em Ciência Política pelo IPOL/UnB e mestre em Sociologia SOL/UnB. Atua como professor e coordenador acadêmico na Faculdade Republicana, também é pesquisador e palestrante na Fundação Republicana Brasileira (FRB).

O TRISTE PASSADO MANICOMIAL BRASILEIRO

Uma matéria publicada pelo Jornal Folha de São Paulo no último dia 15 de setembro revelou que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) está tentando desativar manicômios judiciais, encaminhando 2.276 internos para o Sistema Único de Saúde (SUS), com o intuito de cumprir a Lei Antimanicomial de 2001. A regulamentação, que visava promover uma verdadeira reforma da psiquiatria no país, já completou 23 anos, mas amarga em retrocessos e morosidade.

A obra de Daniela Arbex, intitulada "Holocausto Brasileiro", mostra com profundidade que, em um passado recente, o Brasil promoveu uma das maiores políticas públicas de eugenia, um tema ainda hoje pouquíssimo debatido. O Hospital Colônia, fundado em 1903 no município de Barbacena (MG), funcionou até a década de 1990 e, de acordo com Daniela Arbex, foi responsável pelo genocídio de mais de 60 mil vidas.

Com requintes de crueldade, pessoas com algum tipo de IST (Infecções Sexualmente Transmissíveis), perseguidos políticos, amantes, prostitutas, homossexuais e pessoas em situação de rua eram literalmente depositados no Hospital Colônia. Sem qualquer lógica ou planejamento, a política pública de eugenia submetia os internos a condições degradantes. As pessoas ficavam nuas e sem local adequado para dormir ou realizar suas necessidades fisiológicas.

A chegada ao hospício era feita de trem e a locomotiva cortava o interior do país com o destino Hospital Colônia. Essa situação

lembra os campos de concentração nazistas, como Auschwitz, durante a Segunda Guerra Mundial. Inclusive, foi nesse contexto que surgiu a expressão "trem de louco", posteriormente incorporada ao vocabulário mineiro por meio dos escritos do poeta João Guimarães Rosa.

Ainda com o intuito de relatar a gravidade do problema, o psiquiatra Ronaldo Simões, citado por Arbex, denunciou a situação do hospício no III Congresso Mineiro de Psiquiatria, realizado em 1973. Simões afirmou:

"Lá, existe um psiquiatra para 400 doentes. Os alimentos são jogados em cochos, e os doentes avançam para comer. O que acontece no Colônia é a desumanidade, a crueldade planejada. No hospício, tira-se o caráter humano de uma pessoa, e ela deixa de ser gente." (ARBEX, 2009, p.180).

Conforme foi evidenciado, o longo caminho percorrido pelas políticas públicas psiquiátricas no Brasil é marcado por uma história de exclusão, desumanização e omissão. A tentativa atual

do CNJ de desativar manicômios judiciais e encaminhar os internos ao SUS reflete o esforço em cumprir a Lei Antimanicomial de 2001. No entanto, ainda estamos longe de reparar a dívida histórica com aqueles que foram marginalizados e tratados como menos que humanos.

Fonte:

ARBEX, Daniela. **Holocausto brasileiro: vida, genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil**. São Paulo: Geração Editorial, 2013.





**SIGA A FUNDAÇÃO
REPUBLICANA BRASILEIRA
NAS REDES SOCIAIS:**

CLIQUE NOS ÍCONES ABAIXO



ACESSE:

www.fundacaorepublicana.org.br

E-MAIL:

contato@fundacaorepublicana.org.br

FUNDAÇÃO REPUBLICANA BRASILEIRA
NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS (NEP)
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - FRB

DIAGRAMAÇÃO:
BRUNO EUSTÁQUIO - BG10 COMUNICAÇÃO

TEXTO:
FÁBIO VIDAL - NEP FRB
GABRIEL LANA - NEP FRB
KAMILLA DIAS - NEP FRB

REVISÃO:
TÁMIRES LOPES - ASCOM FRB

APOIO:
MAZÉ RODRIGUES - ASCOM FRB
DENISE MATOS - ASCOM FRB

